

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

13/03/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Nova reforma da Previdência será mais dura, diz relator

O deputado federal Arthur Maia (PPS-BA), relator da Reforma da Previdência na Câmara, disse ontem acreditar que o próximo governo terá capital político suficiente para aprovar a reforma, mas previu que ela será mais profunda do que a que está em discussão. Maia participou do seminário Reforma da Previdência: uma reflexão necessária, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Na opinião do parlamentar, o próximo governo terá condições políticas de fazer uma reforma mais dura e aprovará um projeto diferente do que consta no parecer em discussão na Câmara dos Deputados, assinado por ele. "Certamente, se fará outra reforma. Ao meu ver, será uma reforma mais dura e muito mais profunda", disse ele, que acrescentou: "O novo presidente eleito entra com todo o capital político para adotar as medidas que sejam necessárias. Não importa qual seja o viés ideológico de quem se eleja, tenho convicção de que será uma reforma muito mais profunda que a que consta no meu parecer." A legislação determina que, em função da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio, o Congresso não pode promover alteração à Constituição, como é o caso da Reforma da Previdência. Maia afirmou que não tratou da possibilidade de suspensão da intervenção para votar a reforma com ninguém e foi enfático ao apontar que o governo não tem os 308 votos necessários para aprovar a reforma na Câmara. "Não temos votos. Não adianta. O governo não tem os 308 votos. Já fiz essa conta de baixo para cima, de cima para baixo, de norte a sul e de leste para oeste. Não temos votos", disse o deputado, que não descartou a possibilidade de o cenário mudar após as eleições: "Depois da eleição é outro planeta. Será outra realidade totalmente diferente". À noite o secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, faria uma palestra no mesmo seminário.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 13/03/2018

Para Caetano, debates eleitorais tratarão reforma

O secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, avalia que o debate sobre a reforma da Previdência vai continuar este ano, independentemente do governo que será eleito no segundo semestre. Segundo ele, a discussão será retomada nos debates eleitorais. "O debate vai continuar, independentemente do governo que virá a ingressar. Tudo depende muito de quem vai ser o presidente eleito, qual vai ser a nova composição do Congresso Nacional, isso vai dar a velocidade com que será votada, caso o decreto de intervenção do Rio de Janeiro continue até o final do ano", disse a jornalistas, antes da sua apresentação no seminário Reforma da Previdência, uma reflexão necessária", da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Perguntado se havia algum debate no governo atualmente para que a intervenção fosse suspensa e a reforma voltasse à votação no Congresso, Caetano negou, afirmando que a data do fim da intervenção é dia 31 de dezembro de 2018. "A posição do governo é de que a reforma é sim prioritária, mas enquanto houver a intervenção no Rio de Janeiro não há votação", lembrou. "O debate continua sempre, estou aqui debatendo, dando várias entrevistas e continua essencial".

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 13/03/2018

Mais de 22 mil podem perder aposentadoria

ROSANARIFE
DA REDAÇÃO

Um balanço da Previdência Social mostra que 22.696 aposentados e pensionistas da Baixada Santista estão na mira do INSS porque não fizeram a prova de vida, também chamada de recadastramento.

Santos é a cidade com o maior número de segurados que não fizeram a prova de vida. Os dados fazem parte do último balanço divulgado pelo órgão. No País, cerca de 2,4 milhões de pessoas não provaram para o Governo Federal que estão vivas. Os números finais devem ser conhecidos somente em abril.

“A medida, que é obrigatória, visa evitar que o Governo pague benefícios de forma indevida”, explica a advogada Cláudia Cavallini. “Para que não ocorram fraudes, debitando valores para pessoas que já morreram e o cartório, por exemplo, não informou para o sistema da Previdência Social”.

No ano passado, 112.729 benefícios foram suspensos ou cessados, com economia de R\$ 1,2 bilhão ao INSS.

Fonte: Jornal A Tribuna
13/03/2018

Aposentados de PG podem pedir redução no IPTU 2019

Já está liberado o cadastramento dos pensionistas e aposentados de Praia Grande que querem solicitar a redução de até 60% no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para o exercício de 2019. Segundo explica a Prefeitura, para requerer o desconto, é imprescindível ser morador de Praia Grande há, pelo menos, dois anos, ter um único imóvel e ter renda de, no máximo, 10 salários mínimos (60% de desconto para quem ganha até 5 salários e 30% para aqueles que recebem de 6 a 10 salários mínimos). O direito é extensivo a proprietários e locatários. O prazo de inscrições segue até o dia 30 de junho. Confira a lista de documentos necessários para requerer o desconto pela primeira vez ou para renovar o benefício no site oficial da Prefeitura de Praia Grande www.praiagrande.sp.gov.br.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 13/03/2018

Estivadores fazem paralisação de 24 horas

Os estivadores avulsos e vinculados de Santos realizaram uma greve de 24 horas. O movimento começou às 7h de ontem e segue até as 7h de hoje. Na manhã de ontem, a categoria se concentrou na porta do sindicato e saiu em passeata por ruas dos bairros Paquetá e Centro. Às 9h50, pararam em frente ao prédio onde funciona o Sindicato dos Operadores Portuários Do Estado De São Paulo (Sopesp). De acordo com o sindicato, o Sopesp motivou a greve ao se recusar a negociar as reivindicações da campanha salarial com os trabalhadores. O Sopesp, por sua vez, afirma que mantém negociação e afirma que é necessária “coerência” para a continuidade do processo. O presidente do Sindicato dos Estivadores, Rodnei Oliveira da Silva, o Nei, diz que a data-base da categoria é em março e que desde dezembro tenta negociar com o Sopesp. Após a passeata, o sindicalista novamente protocolou ofício requerendo a abertura das negociações. Segundo ele, entre dezembro de 2016 e março de 2018, o sindicato protocolou 15 ofícios nesse sentido.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 13/03/2018

Correios terão expediente normal

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu ontem que os trabalhadores dos Correios em todo o País terão de pagar uma mensalidade pelo plano de saúde destinado à categoria. O resultado não agradou os funcionários. Tanto que, ontem, houve manifestação e até paralisação, mas apesar de tudo isso a expectativa é de que haverá expediente normal hoje.

Fonte: Jornal A Tribuna – 13/03/2018

União gasta R\$ 4 bi com ações trabalhistas

A União gasta cerca de R\$ 4 bilhões todo os anos para fazer frente a ações judiciais de servidores públicos na ativa, mostram dados do Ministério do Planejamento. Os números, pesquisados pela reportagem no Painel Estatístico de Pessoal, não detalham os processos por tema, mas informações da AGU (Advocacia-Geral da União) ajudam a esclarecer as principais demandas recentes do funcionalismo público. Entre os mais de 190 objetos de ações judiciais de servidores ao longo do ano passado, o maior número diz respeito a reajustes de remuneração e pensões (1,4 mil processos), seguido por gratificações de atividade (1,3 mil) e férias (971). No total, foram registradas mais de 21 mil ações de servidores, 15,9 mil de funcionários públicos na ativa e outras 5,4 mil de aposentados.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 13/03/2018